

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA
DA 16ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE GURINHATÃ

Aos dezessete (17) dias do mês de fevereiro (02) do corrente ano de dois mil e vinte e cinco (2.025), às dezoito horas e trinta minutos (18:30 horas), na sala de reuniões da Câmara Municipal de Gurinhatã, situada provisoriamente na Rua Marques da Costa, nº 242, Centro, nesta cidade de Gurinhatã, Estado de Minas Gerais, sob a presidência do vereador Marcos Antonio Batista Xavier Carlos, secretariado pelo vereador Nivaldo Gomes da Costa Filho, reuniram-se na primeira sessão ordinária os vereadores componentes da edilidade local. No início dos trabalhos o Sr. Presidente, vereador Marcos Antonio Batista Xavier Carlos, fez os cumprimentos iniciais aos presentes e aos colegas vereadores, convidando em seguida ao vereador Allem César Ferreira Lopes para fazer a leitura do texto bíblico do dia, conforme Artigo 199 do Regimento Interno desta Casa de Leis, solicitando a todos que pudessem para se colocarem de pé. O Sr. Presidente, vereador Marcos Antonio Batista Xavier Carlos, determinou na sequência dos trabalhos ao Sr. 2º Secretário, vereador Adrione Alves Freitas, que procedesse a chamada inicial dos senhores edis, na qual foi constatada a presença da maioria dos componentes deste Legislativo, encontrando-se presentes Adrione Alves Freitas, Allem César Ferreira Lopes, Edson Rodrigues do Nascimento, Esli Antonio Freitas Fontes, Gilson Tomaz de Araújo, Juliana Demonte Zanin, Marcos Antonio Batista Xavier Carlos e Nivaldo Gomes da Costa Filho, não se encontrando presente o vereador Luiz Felipe Freitas Silva, justificada através de atestado médico apresentado, havendo porém número legal para deliberação, razão do Sr. Presidente declarar abertos os trabalhos desta sessão ordinária, com a expressão “Sob a proteção de Deus e em nome do povo de Gurinhatã”, e, antes de se passar ao Expediente, convidou a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas para usar da palavra, visando prestar alguns esclarecimentos, ocupando esta um lugar à Mesa Diretora e após cumprimentar aos presentes disse que hoje a Câmara Municipal de Gurinhatã recebeu a visita de um representante do Corpo de Bombeiros, que veio fazer uma vistoria na obra da reforma da Câmara Municipal, sendo que o mesmo justificou que recebeu uma denúncia lá na Corporação, com pedido de interdição da obra da reforma da Câmara e então ele veio fazer a visita e vistoria da obra, vindo à Secretaria da Câmara para verificar a documentação e tudo foi mostrado a ele, frisando querer deixar bem claro para os senhores vereadores e para quem está assistindo, que não há irregularidade na obra da Câmara, não há como fazer interdição em uma obra que não tem nenhum problema, não se sabendo quem fez a denúncia, mas que estão usando de muita má fé ou por desconhecimento e o que se sabe é que o Corpo de Bombeiros veio, mesmo não sendo hora, porque o Corpo de Bombeiros visita obra quando está no final, para expedir o Alvará ou não, interdição de obra se faz quando há risco de desmoronar, que não é o nosso caso, que inclusive o vistoriador falou que a estrutura aguenta até mais um andar, além dos dois que já tem, sendo que a obra não tem risco de desmoronamento, não coloca ninguém em risco, estando na fase de obras ainda e o vistoriador foi muito gentil e se colocou à disposição para fazer alguma observação se precisar chamar ele antes de terminar, para ele já verificar se vai ter que fazer alguma readaptação ou não, mas, de pronto, quer deixar bem claro a respeito da questão da porta, que é objeto de fofoca e inverdades que circulam na cidade, que a porta está dentro dos parâmetros exigidos pelo Corpo de Bombeiros e tudo o que foi alegado na denúncia ele verificou e irá emitir um laudo, que será anexado ao projeto, que se tem uma pasta e vai ficar anexado, com o vereador Allem César Ferreira Lopes arguindo o que é o problema da porta, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas respondendo que circula-se a informação e chegou-se à denúncia, de que a porta não era suficiente, mas que tudo foi verificado e está tudo em ordem, Graças a Deus, e, tudo se acompanha, deixando claro que existem dois engenheiros que são os responsáveis pela obra, o engenheiro que executa e o engenheiro fiscal e todas as dúvidas relacionados à

projeto elas devem ser direcionadas a quem entende, porque aqui se entende da parte administrativa, da parte de tramitação de todo o processo de licitação e execução, mas, a parte de engenharia não se têm capacidade para analisar e para julgar, não sabendo quem fez a denúncia mas quer agradecer porque isto foi bom para esclarecer e tirar todas as dúvidas que pairavam, com o vereador Allem César Ferreira Lopes afirmando que o encontraram o engenheiro em Brasília e ele tem um aplicativo bem moderno, que mostra tudo em 3D na tela do seu computador, com a vereadora Juliana Demonte Zanin dizendo neste momento que não foi uma denúncia e que ela foi ao Corpo de Bombeiros argumentar a respeito do que foi dito na sessão extraordinária do dia 14 de janeiro, que o Dr. Esli Antonio Freitas Fontes, certamente deve constar em ata ou está na filmagem, quando ele comentou sobre a saída de emergência, que não tinha saída de emergência e foi lá conversar com eles, porque sempre vai conversar quando tem alguma dúvida e perguntou sobre a possibilidade de se verificar se não existisse a saída de emergência poderia aconselhar para que fizesse uma saída de emergência, pra evitar que ao finalizar a obra e não conta com saída de emergência vai quebrar para fazer a saída de emergência?, gastar mais dinheiro público?, frisando que a intenção foi essa de conversar com eles, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas dizendo que não se vai discutir isto aqui, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que quer uma cópia da terceira etapa e está pedindo isto a mais de mês, com o Sr. Presidente frisando que por enquanto não pode fornecer para ela, e, o primeiro e o segundo a vereadora já olhou e está em fase de construção e se tirar para a vereadora Juliana Demonte Zanin vai atrapalhar o trabalho dos funcionários e do engenheiro, perguntando a vereadora Juliana Demonte Zanin se ela não pode nem folhear e nem olhar, com o Sr. Presidente afirmando que pode, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas frisando que a vereadora pode agendar para olhar, afirmando a vereadora Juliana Demonte Zanin que a visita dela ao Corpo de Bombeiros foi para evitar que algum dano ao patrimônio público fosse causado, que é a sua função aqui, com o Sr. Presidente afirmando que foi junto com o engenheiro da Câmara e o da empresa, quando lhe foi explicado que tem uma regra, a respeito da saída de emergência, que conforme a extensão da construção não precisa de saída de emergência, porque é pouco volume de gente, com a vereadora Juliana Demonte Zanin novamente afirmando que a sua intenção foi o de evitar um prejuízo para o erário, pois os bombeiros vêm quando finaliza a obra e porém ela foi lá fazer uma visitação na obra e os dois funcionários que estavam lá realmente confirmou para ela que não havia saída de emergência, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas frisando que estas dúvidas referentes a projeto é com o engenheiro, ele foi quem fez o projeto daquela forma e ele é o responsável, ele estudou para fazer isto, sendo que ela não engenheira e aqui não tem engenheiro e quem tem a responsabilidade de elaborar e arcar são os engenheiros, apesar de ser claro que se acompanha, mas não vai questionar o trabalho de um engenheiro se está ainda em projeto, pois se ele está executando é porque está regular e a obra não tem motivo para ser interditada conforme foi solicitado, frisando que todos os vereadores e a população têm o direito de visitar a obra, desde que agendem com o responsável, pois pode atrapalhar o trabalho que estão sendo executados ali, e, quando alguém tiver interesse de ir lá visitar ou quer conhecer e saber da forma que está, tem toda a liberdade, mas agende com quem está lá, porque são eles que estão executando o trabalho e não se pode determinar para eles que em tal hora alguém vai lá visitar, pois não manda no trabalho deles e nem coordena, mas todos têm total liberdade para visitar, mas quer deixar claro que não adianta fazer perguntas que não são da alçada deles responder, quem está lá executando a obra não tem conhecimento jurídico ou técnico e não sabe prestar a maioria das informações, são pessoas simples que estão ali trabalhando, como pedreiros, serventes de pedreiro, e eles não são engenheiros e não têm conhecimento técnico para responder a alguns tipos de perguntas e se deve respeitar o trabalho deles, respeitar o horário de trabalho deles e o conhecimento que eles têm, estando porém ela aqui para prestar esclarecimentos quando precisar, com a

vereadora Juliana Demonte Zanin podendo marcar o horário e o dia para se conciliar com os trabalhos administrativos, para folhear o processo aqui, mas tirar daqui não tem como, pois ele está sendo utilizado, com o vereador Esli Antonio Freitas Fontes dizendo que depois que houve a mudança, passando o plenário para baixo, concorda e o Corpo de Bombeiros pode até vir dar o laudo de que a obra está perfeita mas se fosse o plenário em cima, se pegasse um fogo lá poderia até morrer gente, mas, depois que mudou o plenário para baixo aí sim, está tranquilo e está de acordo porque tem espaço e se mudou o plenário está de acordo porque com aquela escada era difícil, mas que com a mudança que se toque a obra, com a Dra. Juliana Demonte Zanin frisando que se filmou tentando subir a escada, que se conseguia somente colocando as costas na parede e as mãos na rampa e uma pessoa idosa não subiria, com o Sr. Presidente afirmando porém que para a pessoa idosa tem a plataforma, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas falando ao Sr. Presidente que quando a vereadora Juliana Demonte Zanin esteve lá eles ainda estavam quebrando os degraus para nivelar de acordo com as medidas dos demais, com a vereadora Juliana Demonte Zanin dizendo que esteve lá hoje e não atrapalhou em momento algum o trabalho deles, porque estavam parados, conversando e era no horário de 11:30 a 12:00 horas e estavam lá somente conversando e não trabalhando e se estivesse atrapalhando ela não teria feito isto; o Sr. Presidente disse que o importante é que até mesmo ficou feliz com isto, porque mostra a idoneidade daquela obra, pois se tivesse alguma errada ele não estaria aqui assumindo a presidência da Câmara, explicando à colega vereadora Juliana Demonte Zanin que quem iniciou a obra foi o então Presidente Cleiber Cintra Duarte, que deixou um dinheiro, depois veio o colega vereador Edson Rodrigues do Nascimento que deu continuidade à construção e ele então vereador acompanhou fiscalizando a documentação para ver se estava tudo correto, porque caso contrário não teria pegado a presidência da Câmara porque não quer pegar problemas, mas, quando viu com o engenheiro responsável, Dr. Gustavo, que é um profissional fantástico, capaz e ele disse que estava tudo certo e não precisava preocupar, até mesmo sugerindo ao mesmo se a escada não poderia ser feita do lado de fora, na calçada, e, então surgiu a ideia de passar o plenário para baixo, frisando que quando o Sr. Prefeito Municipal Douglas Henrique Valente pediu para mudar, que os vereadores assinassem um documento para fazer a Câmara na rodoviária, ficou feliz, porque é um espaço grande e o Sr. Prefeito quer fazer um auditório, que além de plenário será também um auditório, que aqui não tem e precisa, sendo que os oito vereadores assinaram, faltando apenas a vereadora Juliana Demonte Zanin, mas deixa o ofício para que se ela quiser assinar à disposição, para que se faça dentro dos parâmetros legais e dentro da normalidade para que se possa inclusive ceder o local antigo para a Polícia Militar, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento frisando que quando foi presidente no mandato passado, já pegou a obra já com o projeto pronto, não fazendo parte do projeto pois na época era o então colega vereador Cleiber Cintra Duarte e ele simplesmente pagou as medições e em seu mandato como presidente deixou mais R\$221.000,00 empenhados para a conclusão da obra, ficando também muito feliz com esta mudança da Câmara em relação a tirar os gabinetes da parte de baixo, porque é muito apertado e escuro e se preocupava também com o plenário em cima, e, então, as decisões foram tomadas na hora certa, se sentindo até mesmo aliviado em relação ao plenário ser em baixo, pois dá mais segurança, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que esta decisão de mudar o plenário para baixo ela tomou conhecimento após a conversa com os bombeiros, e, realmente encontra eles em qualquer lugar, como na delegacia ou vai lá tirar dúvidas e eles se prontificaram a ver, a constatar este fato e realmente após esta mudança não teria necessidade de posteriormente demolir alguma coisa para fazer uma saída de emergência, porque todo prédio tem que ter uma saída de emergência, afirmando que ainda não havia visitado a obra porque o Sr. Presidente lhe disse que estava fechada e não tinha como entrar, com o Sr. Presidente explicando que ainda não tinha começado a obra pela empresa segunda colocada, sendo arguido pela vereadora Juliana Demonte Zanin o porque da

saída da primeira colocada, com o Sr. Presidente esclarecendo que a empresa abandonou a obra porque não daria conta de bancar o restante da obra, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas explicando que eles começaram a questionar muito a fiscalização do engenheiro contratado pela Câmara, que por diversas vezes mandou eles corrigirem planilhas, mandou cancelar nota fiscal e fazer outra, sendo o engenheiro contratado bastante rígido e eles não adaptaram ao seu jeito de trabalho e abandonaram, sendo que entende que até foi melhor, pois era uma empresa que se estava com receio de dar problemas, pois todas as vezes que se fazia uma medição, o engenheiro da Câmara tinha que pedir para refazer a planilha, refazer a tabela, e, então, para a Câmara até foi melhor porque esta empresa segunda colocada, que tomou frente à obra é bem mais organizada, sendo muito melhor, com o Sr. Presidente informando que é uma empresa que fez muitas das obras na cidade, sendo perguntado pela vereadora Juliana Demonte Zanin o nome da empresa, com o Sr. Presidente esclarecendo que é a Decon Engenharia, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas frisando que na época da presidência do vereador Edson Rodrigues do Nascimento alguns vizinhos denunciaram que estavam entrando pessoas duvidosas entrando dentro do prédio e é um prédio público e então o Sr. Presidente de então, Edson Rodrigues do Nascimento, zelando pela preservação e no intervalo de tempo em que se estava fazendo a rescisão do contrato e convocação da segunda colocada se ela tivesse interesse, a Câmara mandou confeccionar um portão e fechou, por segurança, porque já tinham edificações que poderiam ser destruídas, causando dano ao patrimônio público, e, então a obra ficou fechada por segurança, até que a segunda colocada iniciou as obras, com a vereadora Juliana Demonte Zanin perguntando se a obra ficou parada por mais de 90 dias, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas dizendo que provavelmente ficou por mais de 90 dias, porque se tem que publicar, a firma convocada tem que dar ciência no processo de licitação, com a vereadora Juliana Demonte Zanin perguntando se a empresa foi penalizada com a paralização por mais de 90 dias, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas lhe perguntando se com multa?, e diante da confirmação esclareceu que a obra não ficou paralisada por mais de 90 dias e que foi por causa do processo de convocação da segunda convocada, mas que a obra em si, que estava sendo executada pela primeira colocada não ficou paralisada por mais de 90 dias, pois comunicaram a desistência, com a vereadora Juliana Demonte Zanin se dirigindo ao Sr. Presidente afirmou que este documento que falta somente a sua assinatura, foi lhe dito que o Sr. Prefeito pedira para que os vereadores fizessem o documento e enviasse a ele para a mudança e em conversa dela com o Sr. Prefeito Municipal ele disse que foram os vereadores que pediram a mudança, sendo esta a sua dúvida e por isso falou que o Sr. Presidente desse uma fundamentada no documento, não havendo falado que não quer ou que queira causar transtorno ou ser uma “pedra no sapato”, pois ela só quer que o documento seja fundamentado, com o porquê da mudança, podendo ser feito um texto por escrito, com a assessoria jurídica fazendo este texto explicando o motivo, mas pelo que conversou com o Sr. Prefeito há um impedimento da Polícia Militar ir para lá, pelas câmaras de segurança, que para serem trocadas ficará muito caro e provavelmente a Polícia Militar não vai para lá, porque tem “Olho Vivo”, com o Sr. Presidente afirmando que conversou com o Sr. Comandante da Polícia Militar em Ituiutaba, com a vereadora Juliana Demonte Zanin reafirmando que o problema são as câmeras, que são de alto potencial de filmagem e pelo que conversou com o Sr. Prefeito Municipal é caro para transferir, mas acha que poderia sim ser feita a mudança, porque os policiais militares merecem um local digno e novinho para estar, mas o contratempo seria este e que a assinatura dela assinará sim, fundamentando, não um ofício de duas linhas, com o Sr. Presidente se dirigindo à Dra. Mônica Rizza, solicitando que faça um ofício explicando a mudança do pedido, como já falou, informando à colega vereadora que a casa onde está a Polícia Militar foi vendida e o atual proprietário quer a casa, sendo sugerido pela Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas que o Sr. Presidente, para não ficar este disse não disse, ou fofoca, envie um ofício para ter estas informações, que se sabe

que vai haver esta mudança e a Polícia tem um prazo para desocupar ali, mas que seria bom o Sr. Presidente formalizar para tirar as dúvidas, sendo que já sabem para onde vai a Polícia Militar, já sabem para onde vai o Conselho Tutelar, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que se sentiu ofendida com o termo fofoca, esclarecendo o Sr. Presidente que ela se referiu a fofoca de rua e não da colega vereadora; o Sr. Presidente determinou que se desse sequência à reunião, solicitando ao Secretário Executivo que fizesse a leitura da ata da reunião ordinária imediatamente anterior, sendo solicitado pelo vereador Allem César Ferreira Lopes a dispensa da leitura desta ata, por serem já do conhecimento dos colegas e que será publicada no Site da Câmara Municipal, aprovada por todos a solicitação de dispensa da leitura da ata, conseqüentemente considerada aprovada por todos os senhores vereadores presentes. Na continuidade foi feita a leitura do Expediente, nele constando correspondências expedidas e recebidas, passadas posteriormente ao arquivo. Na sequência o Sr. Presidente determinou que se passasse para a Ordem do Dia, sendo feito o resumo e passando-se a apresentação das matérias, que ocorreram pela seguinte forma: Solicitação de retirada do Projeto de Lei nº 005/2.025, de 29 de Janeiro de 2.025, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a Implantar o Programa de Incentivo ao Produtor Rural e Dá Outras Providências, feita por ofício do Executivo, aprovada por unanimidade; Indicação do vereador Adriane Alves Freitas, solicitando do Sr. Prefeito Municipal que seja feito um cronograma e determinado ao departamento competente, que seja efetuada a limpeza pesada e roçagem na Vila e Distrito de Flor de Minas, toda última quinta-feira de cada mês, e, na Lagoa Escondida, toda última sexta-feira de cada mês, para garantir a manutenção da limpeza e conservação dessas localidades, inclusive com a prevenção de doenças, controle de pragas e infestação de animais peçonhentos, melhorando a qualidade de vida da população, aprovada por unanimidade, com o autor justificando que sua proposição visa ter uma melhor organização e não ter que ficar pedindo para fazer, porque se atendida se saberá que aquele dia do mês será feita, com a vereadora Juliana Demonte Zanin parabenizando o autor por sua iniciativa; Indicação do vereador Adriane Alves Freitas, solicitando do Sr. Prefeito Municipal que determine seja feita pelo departamento competente, a roçagem e limpeza das laterais da Pista de Caminhadas Alceu José da Silva, provendo mais conforto e segurança à população, inclusive com a prevenção da infestação de insetos e animais peçonhentos naquele logradouro público, aprovada por unanimidade, também com o autor justificando que teve uma denúncia que inclusive tinham cobras nas laterais, havendo a necessidade deste serviço; Indicação do vereador Allem César Ferreira Lopes, solicitando do Sr. Prefeito Municipal medidas para que seja realizada a implantação ou complementação da iluminação pública da Rua Ailton Antonio Muniz, na Vila e Distrito de Flor de Minas, visando o atendimento da demanda dos moradores e contribuir para a maior segurança dos pedestres, motoristas e demais usuários daquela via pública, aprovada por unanimidade, com o autor justificando que esta rua passa entre a Escola Estadual Heitor José de Castro e o Ginásio de Esportes, local que a população acessa para a prática de esportes, não tendo na localidade uma área adequada de lazer e o que tem é a quadra de futebol Society, sendo uma rua escura e precisa deste benefício, arguindo ao Sr. Presidente se o vereador Edson Rodrigues do Nascimento foi indicado como Líder do Governo, com o Sr. Presidente informando que ainda não recebeu o ofício com a indicação, e, o vereador Allem César Ferreira Lopes arguindo se veio alguma resposta à indicação para a construção da cobertura das entradas das escolas, mas que segundo o Sr. Presidente ainda não teve resposta, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento informando também ao colega vereador Adriane Alves Freitas, a respeito de sua indicação de roçagem, que o Sr. Secretário de Obras lhe informou que o trator que faz esta roçagem está em manutenção e tão logo seja regularizado irá efetuar os serviços; Indicação verbal do vereador Allem César Ferreira Lopes, solicitando do Sr. Prefeito Municipal providências urgentes para o combate aos pernilongos que infestam Gurinhatã e Flor de Minas, que trazem muita insegurança e

desconforto na população, visto inclusive serem vetores que transmitem a dengue, aprovada por unanimidade; Indicação do vereador Edson Rodrigues do Nascimento, solicitando do Sr. Prefeito Municipal gestões para a construção de uma guarita no PSF (Posto de Saúde da Família) de Flor de Minas, visando oferecer um local adequado para espera dos pacientes, garantindo mais segurança e comodidade à população que busca atendimento naquela Unidade de Saúde, aprovada por unanimidade, com o autor justificando que esta é uma reiteração de indicação já feita pelo mesmo verbalmente, visando especialmente este abrigo, de grande importância para a comunidade, prover maior conforto aos pacientes que ali aguardam transporte para atendimento da saúde em outras localidades, de madrugada, no frio e na chuva, com o vereador Allem César Ferreira Lopes dizendo aproveitar o assunto da saúde para informar à população de Flor de Minas que hoje saiu uma ambulância nova que está alocada para aquela localidade, sendo que foi uma ambulância mais antiga, mas que não se preocupem pois a ambulância nova está apenas em manutenção e tão logo esteja regularizada irá voltar, aproveitando para parabenizar ao colega vereador Edson Rodrigues do Nascimento pela indicação, já feita no mandato passado, mas que lutem para que dê certo o mais breve possível; Indicação do vereador Edson Rodrigues do Nascimento, solicitando do Sr. Prefeito Municipal determinações ao Departamento de Obras e Serviços Públicos, para que seja feita a recuperação de uma ponte localizada no Córrego da Restinga, na propriedade do Sr. Adalcímenes Borges, o popular "Branco", haja vista que aquela ponte encontra-se bastante danificada, em condições precárias, comprometendo a segurança dos moradores, produtores rurais e demais usuários que dependem da travessia para as suas atividades diárias, aprovada por unanimidade, com o autor justificando que esta ponte está com problema desde o ano passado, havendo inclusive conseguido a madeira para a manutenção da ponte no ano passado mas infelizmente nada foi feito, esperando que o Sr. Secretário de Obras e Serviços Públicos faça com urgência este serviço, como dito já existindo a madeira e dependendo apenas da mão-de-obra, com o vereador Allem César Ferreira Lopes arguindo se o funcionário público Celso ainda é o encarregado dos serviços de mata-burros e pontes, com o Sr. Presidente informando que sim; Indicação da vereadora Juliana Demonte Zanin, solicitando do Sr. Prefeito Municipal gestões para implementação de medidas para políticas públicas voltadas para a proteção e bem estar dos animais em nosso município, especialmente cães e gatos abandonados, sugerindo em sua indicação a criação de um programa municipal de castração, parcerias com clínicas veterinárias e instituições de ensino superior, centro de atendimento veterinário, criação de abrigos temporários ou permanentes, campanhas de adoção e políticas públicas de conscientização, parcerias com ONGS e protetores de animais, reforço na fiscalização de maus tratos aos animais, e, melhorias na infraestrutura urbana para cuidados com os animais de rua, citando exemplos de cidades que obtiveram sucesso nestas ações, como também citando leis que responsabilizam inclusive os municípios, aprovada por unanimidade, com a autora afirmando que na época desta indicação, estava recebendo muitas reclamações que existiam animais de rua em situação degradante, sendo que posteriormente a situação complicou mais ainda, porque pelo que tem conhecimento estão ocorrendo inúmeras mortes de cães e gatos por envenenamento possivelmente, e, além de tudo esta indicação também tem outro benefício, que é implementar estas medidas e aliviar o trabalho da Polícia Civil, que muitas vezes fica fazendo flagrantes nas delegacias, por maus tratos de animais, sendo este um crime grave e então desafogaria os delegados para que pudessem dar atenção a crimes mais graves como homicídio, por exemplo, e está realmente frequente, quase todo dia, vai gente presa por maus tratos aos animais e o pior de tudo é que o delegado não pode arbitrar fiança e a pena é de 2 a 5 anos de prisão, sendo que a pessoa sai da delegacia já presa e vai para o presídio, exemplificando que ela própria já teve que efetuar a prisão em flagrante de uma senhora que não tinha o que comer e como ela não tinha o que comer o animal também não tinha, porém constatou-se maus tratos pois o animal estava magro,

anêmico e realmente a senhora foi presa, idosa e não tem o que fazer porque não tem fiança, e, então, estas medidas, desafogariam além de tudo a polícia, porque todo o dia tem maus tratos aos animais, com o Sr. Presidente dando os parabéns à colega vereadora pela proposição, dizendo que na quarta-feira ficou muito triste quando estava em Brasília, pois também é cuidador de cachorros que ficam perto do Restaurante Jeitinho Mineiro, e, mataram uma cachorra, que atendia pelo nome de Rajada, sendo a única cachorra em Gurinhatã que escapou da cinomose, sendo que seu filho, na quarta-feira lhe ligou e contou que haviam matado a Rajada, reafirmando os parabéns pela indicação, frisando que neste sentido a Polícia Militar faça a sua parte, que o Executivo faça a sua parte e esta Câmara Municipal também, junto com o Executivo, possa fazer sua parte, com a autora da indicação, vereadora Juliana Demonte Zanin, informando que o Dr. Frederico, Delegado de Santa Vitória que é responsável por Gurinhatã, está empenhado em descobrir quem está cometendo estes crimes aqui em Gurinhatã, estando esperando o servidor voltar de férias para que sejam verificadas as imagens das câmeras, pedindo à população que caso ocorra mais mortes de animais que faça o Boletim de Ocorrência, para que peguem o animal e leve para a UFU para fazer a perícia, e, assim descobrir o tipo de veneno utilizado, mas que tem que descobrir, com o vereador Adrione Alves Freitas destacando que também em Flor de Minas estão acontecendo casos de muita gente soltando os animais lá, parabenizando e agradecendo aos cidadãos Eloina, Tales e Zilma, que organizaram uma espécie de ONG para cuidar destes animais, estando conseguindo recursos para esta finalidade, com o vereador Allem César Ferreira Lopes dizendo que o colega Adrione Alves Freitas já explanou o que ele queria falar, mas que sugeriu à colega vereadores Juliana Demonte Zanin, que se busque recursos no Estado ou na União, para conseguir um castra-móvel visando diminuir este fluxo de cachorros, por realmente lá em Flor de Minas tem vários, porque têm muitas fazendas ao redor e às vezes soltam os animais lá, havendo inclusive estes dias soltado 6 ou 7 filhotes, e, felizmente, em Flor de Minas ainda tem gente que cuida dos animais, como aqui em Gurinhatã também a exemplo do colega vereador Marcos Antonio Batista Xavier Carlos, mas que a maioria não cuida, devendo ter ações para diminuir o fluxo de cachorros, exemplificando que estes dias viu um projeto do Dr. Rafael, no Instagram, que ele pega pesado com os maus tratos de animais, propondo a união para resolver, parabenizando a colega pela indicação, com o vereador Esli Antonio Freitas Fontes, parabenizando a colega vereadora Juliana Demonte Zanin pela iniciativa, mas que o trabalho que tem que ser feito é em cima das pessoas que soltam estes cachorros, pois se criar uma ONG aqui ou em Flor de Minas e falar que recebe cachorros, pode preparar dinheiro para comprar ração, pois as pessoas vão distribuir cachorros, e, então, tem-se que trabalhar para conscientizar as pessoas para não trazerem cachorros para a nossa cidade, com o vereador Allem César Ferreira Lopes reafirmando que se tem que conseguir um castra-móvel ambulante, que possa ir até mesmo nas propriedades rurais pois muitos não têm como controlar e soltam os cachorros nas cidades, que se alguém ver que denuncie, mas que seria legal um castra-móvel pois assim diminuiria o número de filhotes, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que as pessoas filmem quando verem soltando animais e liguem para a polícia, pois assim serão presos em flagrante, pois isto é razão de prisão em flagrante e por isto que o Dr. Rafael realmente está com muita ênfase nisto porque tem dias que ficam por conta de fazer flagrante de pessoas por maus tratos de animais e se precisar pedir prisão preventiva, tem criança que foi estuprada e ficam por isto, e, então, gravar ou qualquer outro meio de prova que conseguir já é válido, inclusive fazer na hora o Boletim de Ocorrência, grava o carro, a placa do carro principalmente, porque depois a polícia consegue chegar, sendo que é preciso que se dê um jeito de diminuir em todas as cidades, porque é grave e não tem fiança, porém a polícia civil fica como se diz, presa, pois nos plantões os casos que mais acontecem são maus tratos de animais e violência doméstica, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento parabenizando também a colega vereadora

pela iniciativa, frisando que sua esposa é também uma cuidadora de animais e que acha uma covardia as pessoas que maltratam os animais, dizendo que no mandato passado estiveram em Belo Horizonte ele e o então colega vereador Cristiano Mateus Araújo Castro e se depararam com um castra-móvel lá que se poderia conseguir com convênio e pleitearam junto ao Executivo para estar trazendo através da AMVAP este castra-móvel aqui para o município mas não foram atendidos, dizendo que em Araguari existe um castra-móvel e o então prefeito lhes emprestava o castra-móvel, mas tinha as adequações, as exigências de pessoas para cuidar e que no ano passado esteve em Gurinhatã um castra-móvel que foi de grande valia, sugerindo uma conversa com o Sr. Prefeito para conseguir levar adiante este projeto, que poderá até mesmo ir nas comunidade para diminuir a incidência dos animais e evitar esta tragédia de estarem envenenando os animais, com o vereador Adrione Alves Freitas frisando que como foi citado pelo colega vereador Esli Antonio Freitas Fontes, em Flor de Minas, depois que criaram esta ONG lá, aumentou muito o número de animais, porque a população está soltando muitos animais nas ruas, surgindo até mesmo a ideia da colocação de câmeras para ver quem está soltando os animais, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que quando fez esta indicação procurou maneiras de custeio e vai mandar realmente fazer um projeto de lei, citando como exemplo a Companhia Energética de Minas Gerais que fornece recursos para custear, o Consulado do Japão e um Instituto Francês que concede 40.000 Euros, mas não sabe se conseguiria criar uma ONG ou uma Associação pra encaminhar isto, havendo vários mantenedores, como os citados; Indicação verbal da vereadora Juliana Demonte Zanin, solicitando do Sr. Prefeito Municipal providências para a instalação de câmeras de segurança na Vila e Distrito de Flor de Minas, visando prover maior segurança aos moradores, haja vista que naquela localidade não existe contingente da polícia militar para esta finalidade, podendo também ser vista a possibilidade da colocação de um drone para garantir ainda mais a proteção dos habitantes, tendo em vista ser a localidade às margens de uma rodovia por onde passam todo o tipo de pessoas, aprovada por unanimidade, com o vereador Allem César Ferreira Lopes destacando que num projeto muito da Polícia Militar, o Olho Vivo, foram colocadas câmeras em Flor de Minas, sendo que a indicação deveria ser para aumentar o número de câmeras, sendo porém uma luta grande para colocar policiamento em Flor de Minas, apesar de agradecer aos policiais militares de Gurinhatã pelo atendimento sempre que é pedido com eficiência, mas que tem que ter policiamento e fortemente armado, por que ali passa de tudo e até ele mesmo já foi roubado em sua fazenda e não se pode ficar sem polícia, solicitando o apoio dos colegas para alcançar este objetivo de levar a polícia militar de novo para Flor de Minas, com o Sr. Presidente sugerindo uma audiência com o Comandante da Polícia Militar para cobrar este policiamento para Flor de Minas, solicitando à Dra. Dianne Karla de Queiroz Freitas que agende uma reunião com o Sr. Comandante, com a vereadora Juliana Demonte Zanin destacando que tem que ser um contingente proporcional, achando que apenas dois policiais ali seria extremamente perigoso e que teriam que estar com armas de grosso calibre, e, que até resolver o problema poderia ser usado um drone, que não sabe se existe algum com esta capacidade, mas acredita ter, pois alguma coisa tem que ser feita ali, pois ela mesma teria medo de dormir em uma residência naquela localidade sem estar armada e então crê que a população realmente precisa disto e que tem que se juntar para resolver o problema e ter policiamento pois não é justificativa não ter efetivo em razão da desproporcionalidade do risco que as pessoas correm, porque é uma tragédia anunciada, sendo que o vereador Nivaldo Gomes da Costa Filho disse que o Sr. Prefeito Municipal já teve uma reunião com o Sr. Comandante da Polícia Militar já pedindo o policiamento para Flor de Minas e ele alegou que não tem contingente e que se encontrar alguém que queira ir poderá, mas que existe uma lei do Governador Romeu Zema, que não pode ser aberto nenhum Posto Policial no Estado de Minas Gerais, havendo o Sr. Comandante se disposto a se tiver alguém aposentado com interesse de ir, ele disponibilizará uma viatura para ficar certas horas em Flor de Minas, não

podendo porém ficar 24 horas, com a vereadora Juliana Demonte Zanin arguindo se na indicação consta a aquisição de um drone também para cobrir a área rural?, dizendo que o Poder Público pode custear o local para os militares ficar, visto já existir inclusive um local para o destacamento policial em Flor de Minas; Moção de Pesar de autoria dos vereadores Marcos Antonio Batista Xavier Carlos e Edson Rodrigues do Nascimento, solicitando da Mesa Diretora registrar em seus anais o falecimento do Sr. Pageu Pedro Martins, ex-funcionário público municipal e exemplar pai de família de Gurinhatã, oficiando-se os familiares e lhes ensejando forças para superação desta perda, aprovada por unanimidade, com um dos autores, o vereador Edson Rodrigues do Nascimento ponderar que quer deixar registrada as suas condolência pelo falecimento do Sr. Pageu Pedro Martins, que foi servidor público do município e prestou serviços à comunidade, pertencente a uma família maravilhosa, deixando o seu abraço de solidariedade a todos os familiares; Pareceres das Comissões Permanentes de Justiça e Redação, de Finanças e Orçamento e de Assuntos Gerais, todos favoráveis à tramitação do Projeto de Lei nº 006/2.025, de 29 de Janeiro de 2.025, que Autoriza o Poder Executivo Alienar Bens Móveis, ou seja, Veículos e Sucatas Diversas Inservíveis à Administração, Pertencente ao Patrimônio Público Municipal e Dá Outras Providências, sendo que o parecer da Comissão de Justiça e Redação contou com o voto favorável apenas dos vereadores Nivaldo Gomes da Costa Filho e Esli Antonio Freitas Fontes, haja vista a manifestação contrária da vereadora Juliana Demonte Zanin, justificando o membro Esli Antonio Freitas Fontes, que hoje esteve fazendo uma visita onde estão estes bens que vão ser leiloados e só não foi onde se encontra a Termo Desinfectora, mas que viu uns absurdos, como como um trator ano 2016, novo, frisando nunca ter visto um trator depenado mas que é um trator seminovo, motor MWM, transmissão Massey Ferguson, uma máquina 4 X 4, que tiraram tudo do tratoro que faz dó, mas que é a favor de vender estes bens porque para a Prefeitura não tem mais interesse pois se a Prefeitura for arrumar um trator igual a este é muito difícil e entende que a Prefeitura poderá conseguir um trator novo com o Estado ou com a Federação, sem ter este gasto, sendo por isso favorável a alienação destes bens; a vereadora Juliana Demonte Zanin disse que analisando todos estes equipamentos, veículos automotores o que lhe causou espanto e inclusive já mandou ofício para a promotora de justiça apurar o caso, determinar a apuração do caso ou ela apurar, pois promotor de justiça pode realizar investigação, é o fato de que vários bens públicos praticamente depenados e isto não existe e teve crime aqui, possivelmente peculato, furto, dano ao patrimônio público, são crimes graves e inclusive uma extrema má gestão de tudo isto, porque se existe funcionário lá no departamento ele tem que tomar conta, como por exemplo: quebrou um para-brisa, tem que documentar, pois quem quebrou?, quando quebrou?, como foi?, porque?, qual a razão?, e, fazer um Boletim de Ocorrência ou algum registro, por exemplo, pelo que ficou sabendo hoje e inclusive fez um ofício e encaminhou para o Sr. Prefeito e para a Dra. Daniela, Promotora de Justiça, para que seja enviado todos os detalhamentos de uso disso, porque estão falando de bens públicos e não existe o princípio da insignificância pois R\$1,00 é bem público e tem que ser apurado, então como era feito ou fiscalizado o modo de uso destes veículos?, porque tem que saber se o servidor X vai sair com o Fiat Pálio aqui do item 3, por exemplo, ele saiu que horas, com qual quilometragem estava, colocou gasolina?, quanto utilizou de gasolina?, quanto quilômetros rodou?, entregou o veículo em que horário?, sendo isto o que tem que ser feito, então não existe este desleixo aqui e então foi obrigada a encaminhar ofício para todo mundo para apurar isto e outra coisa, não houve a transição de governo?, mas teria que ter sito até para se resguardar o inventário de como receberam e acredita que não foi feito, pois solicitou também este inventário, pois foi fazer uma visita lá no Departamento e viu que estava uma coisa que ninguém sabia o que estava acontecendo, perguntou de eventuais livros de registros de uso dos maquinários e o Sr. Secretário não sabia informar, não sabia nada, porque ele não teve ou não teve esta transição, porém, então documento que pegou daquela

forma, tire fotos, pois ela mesma fez isto, tirou foto, porque estava assim um descaso e o patrimônio público tem que ser cuidado melhor do que o da gente, pois quando ela anda em uma viatura tem mais cuidado que em seu carro, e, então, tem que ter rigor, pegou que hora?, quem pegou?, pois aqui fala de autuações e multas e quem estava dirigindo o carro que recebeu a multa?, ele tem que pagar, e não tem, crê ela que não tenha e disse que ficaria muito feliz se receber a resposta que tem este controle mas pelo jeito que percebeu, não tem e então tem que ser instituído isto: quem pegou?, a hora que saiu?, qual a finalidade?, voltou?, quantos quilômetros andou?, tem algum amassado no carro ou algum dano?, foi causado com dolo ou com culpa?, tendo que saber tudo, é um registro completo, então este caso é um descaso, é nojento de ver, tem um que fala possivelmente faltando peças elétricas e mecânicas, possivelmente?!, o motor está no cofre possivelmente faltando peças, o que é isto?, quem entrava ali?, quem tomava conta?, e, então, tem que mudar a partir de hoje e até crê que se possa, se for viável, recomendar e crê que a promotora de justiça vai recomendar ao Sr. Prefeito Municipal que faça isto, porque se continuar deste jeito não adianta, porque a pessoa vai estar fazendo, pedindo desculpas pelo termo, um regaço de um bem do município e está tudo bem?, fundir motor?, e a manutenção?, e os registros de manutenção?, foram cumpridas as manutenções no prazo?, não tem, então quem estava ali se achava o dono de tudo?, sendo isto inadmissível, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento solicitando ao Sr. Presidente o uso da palavra e disse que respondendo à colega vereadora, disse que se afastou por um ano de seu trabalho e quando estava trabalhando tinha as planilhas de abastecimento, de quilometragem, o destino e a chegada, e, também tinha uma planilha, sendo perguntando pela vereadora Juliana Demonte Zanin em que ano?, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento afirmando que foi em 2.023 porque em 2.024 ele afastou mas que é servidor público por mais de 20 anos, afirmando que tinha a planilha para colocar se o veículo chegava com barulho ou amassado e isto era passado para o secretário ou para o responsável e fazia documento, com a vereadora Juliana Demonte Zanin interrompendo e dizendo então que passava tomava um sermão e pronto?, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento dizendo que não tomava sermão porque quem vai estragar um carro por querer?, pois isto seria uma irresponsabilidade, afirmando que como legislador vai a Brasília, vai a Belo Horizonte e se corre riscos nas estradas e é um caos nas secretárias e gabinetes para serem atendidos, com o colega vereador Esli Antonio Freitas Fontes presenciando isto, o quando se sofre para conseguir emendas para trazer para o município, para trazer para beneficiar a população e aí, de repente, se estraga um veículo e se a pessoa estragar um veículo público, por querer acha que isto não é possível, afirmando que ele próprio tem muito ciúme da frota que ele trabalha, que é a frota da saúde, porque se trabalha com pessoas, que mesmo se fossem animais, são seres vivos, e, então, crê que o Sr. Prefeito Municipal Douglas Henrique Valente e seus secretários vão fazer esta planilha e crê que o Ministério Público possa cobrar também isto, que é uma forma de fiscalizar e que se deve estar tomando todas as providências para se estar fazendo estas vistorias e também as planilhas de viagens, com o vereador Adrione Alves Freitas frisando que na outra reunião até mesmo colocou este ponto, vendo porém uma ambulância nova que tem aqui já foi amassada, sendo de 2.024 esta ambulância, achando que possa ter esta planilha, porém pode ser que a tenha deixado de lado, mas que o Sr. Prefeito Municipal tem que pegar no pé e fazer quem trabalha ali e estragou, como foi falado pela colega vereadora Juliana Demonte Zanin, estar organizando, porque exemplifica que quando trabalhava na usina era bem organizado e se você amassou querem saber o que aconteceu com os técnicos em segurança iam ver o que aconteceu e se fosse culpa sua você seria responsabilizado, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que lá é um órgão privado e é o que tem que ser feito no órgão público, com o vereador Adrione Alves Freitas continuando seu pronunciamento dizendo que entende que se o patrimônio público, que é do povo, muitos motoristas não têm zelo, já havendo presenciado em Flor de Minas, num quebra-

molos, um Pálio, de obras, passou com 4 pessoas dentro de terceira em um quebra-molas e isto arreventa com o carro e a pessoa tem que ter consciência pois se não se quer para si não quer para o patrimônio público, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento afirmando que até mesmo já pagou multa, mesmo sem ter como fazer nada, pois no transporte de pacientes para Uberlândia, há um trânsito caótico e não se encontra estacionamento e como se vai deixar um idoso à mercê em uma rua, então liga o pisca alerta e dá prioridade ao paciente e se quiser multar que multe, mas não deixa o paciente sem dar apoio, sem dar suporte o deixando na clínica e não abandona o paciente e teve caso que vieram lhe cobrar estas multas, apesar de duvidar se o Sr. Prefeito Municipal ou algum de seus secretários pagou alguma multa, mostrando à colega vereadora como é o sistema, tendo todos os relatórios das viagens de amanhã e na planilha do dia, consta os pacientes, o veículo, a placa, identificação do veículo, sendo que a quilometragem é colocada em outra planilha para quando abastecer, colocar a saída e depois quando chegar do destino a quilometragem, então é bem feito o cronograma de trabalho da saúde, mas porque está no início ainda não fizeram a planilha, mas tem certeza que vão fazer e então se sabe quando a multa vem, porque tem o dia, a data e a hora que o motorista pega os pacientes e se dirige ao destino e os motoristas interagem com responsabilidade para cuidar das pessoas, agora, sobre estragar o veículo é difícil pois hoje mesmo o motorista Adilson postou quando um animal adentro a pista e bateu e amassou, aconteceu de uma ave bater e quebrar o para-brisa com ele próprio e fica apaixonado mas não tem jeito de evitar, porque é melhor bater de frente com um animal do que tentar desviar e capotar o veículo, mas que Deus está sempre na frente e tem certeza que nada acontecerá às pessoas, com o vereador Nivaldo Gomes da Costa Filho dizer que quer entrar em defesa dos operadores e motoristas do nosso município, porque está sendo falado alguma coisa querendo culpar todos os motoristas e operadores pelas coisas que estão virando sucata no pátio da Prefeitura, e, lá, virou sucata, não foi porque ninguém chegou e deixou daquela forma, foi porque sucatearam um lá de dentro para poder arrumar outro e quem está fazendo esta bagunça é o próprio almoxarifado da Prefeitura e não são os motoristas e nem os operadores, pois estão desmontando um para montar outro, sendo isto que o pessoal tem que entender, porque existem várias coisas que foram sucateadas e estão sem peças não foi porque os operadores ou motoristas fizeram aquilo, eles estão lá porque os mecânicos, com o pessoal do almoxarifado desmanchou um para fazer outro para ficar rodando, sendo isto, com o Sr. Presidente frisando que para isto deve ter a autorização de alguém, com o vereador Adriane Alves Freitas frisando que como foi dito pelo colega vereador Edson Rodrigues do Nascimento, não é culpa só dos motoristas, cada caso é cada caso, e, na usina, faziam um check list todo dia com os equipamentos e quando amassar alguma coisa que se passe para o Sr. Prefeito porque aí tem como a pessoa explicar, por exemplo, se bateu numa ave e não se vai capotar uma van por causa de uma ave, citando o que foi dito pelo colega vereador Nivaldo Gomes da Costa Filho que desmontam um para montar outro e têm máquinas novas e para não acontecer isto mais que se organize as que tem para não deixar chegar neste ponto, coisas novas e que não tem como consertar mais, com a vereadora Juliana Demonte Zanin dizendo que não está tratando destas situações, pois situações de doentes, que se pare mesmo e depois recorre e se amassa na rodovia que se explique e o que ela está querendo dizer é que teve um caso chocante de coisa em cofre que não se sabia nem o que estava faltando, e, igual falou-se, que tirou de um para colocar em outro são casos em que fica nítido que houve algo estranho e que precisa ser apurado e que a conduta do colega vereador Edson Rodrigues do Nascimento como motorista está perfeita e concorda, mas que o caso do motor estar no cofre e estar faltando peças não concorda, porque tem que haver um controle, pois quem pegou a peça, então que se controle pois se não fica muita bagunça, dando um exemplo do que acontece na Polícia, que o investigador vai lá, põe a senha dele no sistema e pega o veículo, fala a quilometragem que está, o horário que pegou, para onde vai, estado que está o carro e a hora

que ele volta ele tem que dar a baixa no sistema, informando quanto de gasolina ele gastou, quantos quilômetros ele rodou, se eventualmente ele percebeu que recebeu alguma multa e isto tem que ser feito aqui também, mas pelo jeito, se está sendo feito, pode-se aprimorar, sendo estes pareceres, da Comissão de Justiça e Redação, da Comissão de Finanças e Orçamento e da Comissão de Assuntos Gerais, aprovados por unanimidade; Projeto de Lei nº 005/2.025, de 29 de Janeiro de 2.025, que Autoriza o Poder Executivo Municipal a Implantar o Programa de Incentivo ao Produtor Rural e Dá Outras Providências, de autoria do Executivo, retirado da Pauta de Votação, em conformidade com ofício de autoria do Executivo que foi aqui protocolado; Projeto de Lei nº 006/2.025, de 29 de Janeiro de 2.025, que Autoriza o Poder Executivo Alienar Bens Móveis, ou seja, Veículos e Sucatas Diversas Inservíveis à Administração, Pertencente ao Patrimônio Público Municipal e Dá Outras Providências, de autoria do Executivo, colocado em discussão pelo Sr. Presidente, com a vereadora Juliana Demonte Zanin, dizendo querer deixar claro para a população que as vezes não tem conhecimento que o termo sucata que se usa popularmente no dia a dia, não quer dizer sucata para o direito administrativo, pois sucata que se tem em mente são coisas que não servem para nada e que tem que ir para o lixo ou para o ferro velho e para o direito administrativo não é isto, e, então, pode ser que tenham bens que tenha valor no mercado, inclusive expressivo, fazendo esta consideração, primeiramente para se começar a discussão, para que seja ou para a população conheça a diferenciação dos termos, pois aqui, inclusive, como foi citado pelo colega vereador Esli Antonio Freitas Fontes, o item termo desinfectora, tentou de todas as formas pesquisar preços e em todos os sites de inteligência artificial não conseguiu, havendo mandado um e-mail para a empresa, que respondeu agora mas não deu preço, mas que não está entendendo o motivo do município de Gurinhatã com um hospital que realiza somente Raio X, conforme pesquisou e cirurgias de pequeno porte tenha um equipamento deste, que é um equipamento para hospitais de grande porte e então isto aqui que é um equipamento que está como inservível, mas inservível porque aqui em Gurinhatã não haveria necessidade de terem adquirido este equipamento e acha que foi um sonho muito estranho que aconteceu para esta aquisição, salvo melhor juízo, pelo que andou pesquisando com muito afinco para saber e crê que seria um instrumento para o Hospital de Barretos, com o vereador Marcos Antonio Batista Xavier Carlos afirmando que foi uma autoclave que foi adquirida pelo município no mandato do então Prefeito Municipal Willian Damasceno de Araújo, que ganhou aquela autoclave e para o município de Gurinhatã ele não tem serventia, como não teria para Capinópolis, Cachoeira Dourada ou Ipiaçú, mas que o município ganhou e não tem como utilizar ele aqui porque é de grande porte e está embalado até hoje, pois nunca foi desembalado, podendo servir para Ituiutaba e não foi vendido antes porque quando se ganha coisas do governo federal não poderia vender, pois somente depois de 5 anos é que pode, informando que tem um rapaz de Ituiutaba que pode ter interesse neste equipamento e participar do leilão, com a vereadora Juliana Demonte Zanin reafirmando que não conseguiu verificar o preço mas acha que o bem está avaliado ao preço de mercado, de R\$100.000,00, com valor atual e pelo que pesquisou estaria entre R\$30.000,00, R\$40.000,00 ou R\$60.000,00, e esta avaliação está lhe causando dúvidas, pois este que está considerado inservível, porque é muito tecnológico para Gurinhatã, está avaliado a preço de mercado e deve ter evoluído o modelo, com o Sr. Presidente informando que o documento do instrumento, quando veio para cá, seu valor era R\$200.000,00, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que conseguiu ver um do Mata Grosso que foi vendido por R\$90.000,00 mas faz tempo já e acha que este daqui o preço não está condizente ou a Comissão não soube avaliar, até porque é difícil porque não tem como saber o preço, mesmo usando inteligência artificial, achando que está caro demais porque um modelo mais moderno está menos que isto, com o Sr. Presidente dizendo que isto é um leilão e se não vender continua do patrimônio público com os vereadores apenas votando ou não o projeto de lei,

com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que se respeite o seu juízo de valor e que respeitará o juízo de valor dos outros, e ao ser colocado em votação o projeto pelo Sr. Presidente a vereadora Juliana Demonte Zanin disse que ainda tem dúvidas, sendo dito pelo Sr. Presidente que então ela peça vista do projeto, no entanto a vereadora disse que quer falar e apresentar os seus argumentos reafirmando que pesquisou inclusive um caso de Santa Vitória e que ela acha que a Comissão de Avaliação, que não duvida da boa fé dos avaliadores, não estando dizendo isto, mas acha que um avaliador tem que ter uma expertise no ramo, por exemplo, ter conhecimentos técnicos e jurídicos relevantes para a avaliação do bem, porque têm vários julgados, várias decisões nos tribunais, que se o bem for avaliado abaixo do preço de mercado, causa ação de improbidade administrativa por dano ao erário e crê que as vezes a contratação de um avaliador poderia até dar mais lucro, porque acha que tem itens que não tem critérios palpáveis para se saber se a avaliação não está muito abaixo do preço, como por exemplo tem a tabela FIPE, tendo apenas dois veículos que falou a quilometragem, outro fala médio estado de conservação e o que é, pois para um pode ser bom, para o outro pode ser péssimo, com o Sr. Presidente afirmando que não se tem condições de recuperar o carro e para o município não compensa, com a vereadora Juliana Demonte Zanin dizendo que acha que a avaliação é um critério muito importante, porque isto causa um risco de ilegalidade por exemplo pois vai causar dano e ela crê que um avaliador, que ela não sabe e aí é que está com dúvida, citando o item 10 que ela tentou a tarde inteira achar um valor na Internet e um site de inteligência artificial chinês falou que é impossível achar qualquer valor, porque não tem dados para valorar e quer saber como chegaram a R\$5.000,00, com o Sr. Presidente afirmando que os membros da comissão de avaliação já são avaliadores a vários anos e são funcionários públicos que entendem de mecânica e têm conhecimento de valor, com a vereadora Juliana Demonte Zanin perguntando se são avaliadores oficiais, com o Sr. Presidente afirmando que da Prefeitura Municipal sim, pois sabem onde gasta uma peça ou não, quanto custa para arrumar e avaliam se compensa pois às vezes o carro não vale isto, com a vereadora Juliana Demonte Zanin frisando que fez um parecer que pesquisou e encontrou várias decisões, como a suspensão do leilão, com bens inservíveis ao patrimônio com necessidade de comprovação do preço de venda do bem se está inferior ao valor de mercado, necessidade de averiguação, há de se validar ato que cause dano ao erário e lesão à moralidade, pois eles avaliaram muito abaixo do preço e por acaso acontece algum caso que se prove que está bem abaixo do preço mercado, por exemplo, caso de Santa Vitória que achou na Internet também, não sabe se é o caso, mas os participantes do leilão eram membros de uma mesma família e então pode gerar suspeitas e se tem que fazer de tudo para que fique tudo redondinho, com o Sr. Presidente frisando que estão votando um projeto de lei autorizando fazer o leilão, onde está tudo vindo explicado pelo município e lá tem avaliadores e se acharem que alguma coisa não está legal é só representar e que o poder dos vereadores é votar ou não o projeto e cada um tem a sua decisão, afirmando que ela ao não assinar o parecer não está concordando, mas que ele tem que colocar em votação o projeto e se a colega não concordar pede vista e vai ter um prazo de 15 dias para organizar ou pesquisar, com a vereadora afirmando que está apenas alegando os motivos por que é contrária ao projeto de lei do jeito que está, mas não vai pedir vista, sendo então colocado em votação o projeto pelo Sr. Presidente, aprovado por votação relativa em sua primeira (1ª) votação, haja vista a manifestação contrária da vereadora Juliana Demonte Zanin, que reafirmou que é devido a avaliação de bens abaixo do preço de mercado e inclusive manifestação do Ministério Público para que cessasse o leilão antes das irregularidades apresentadas e como ela irá saber se não existem bens com valores bem abaixo do valor de mercado?, pois se tivesse um avaliador oficial aí o problema seria dele; e, finalmente, Projeto de Lei nº 008/2.025, de 14 de Fevereiro de 2.025, que Fixa a contribuição social para o custeio normal do Regime Próprio de Previdência Social do Município de Gurinhatã, o seus custeio suplementar, homologa reavaliação atuarial e Dá Outras

Providências, de autoria do Executivo, passado às Comissões Permanentes para exame e apresentação dos pareceres em reunião extraordinária deste Legislativo, que deverá ser realizada na próxima quinta-feira. Terminada a Ordem do Dia o Sr. Presidente colocou a Palavra Franca aos senhores vereadores, usando inicialmente da mesma o vereador Esli Antonio Freitas Fontes, cumprimentando aos presentes e discorrendo sobre um aspecto em relação a que toda administração às vezes não se importa com o que foi feito na passada, discorrendo sobre um objeto que foi posto na praça, que apelidaram de Totém, que não sabe o quanto custou, sendo informado pelo Sr. Presidente que o objeto, um passarinho, custou R\$88.600,00, com o vereador continuando o seu pronunciamento dizendo que o objeto não está em funcionamento normal, só que deve estar em garantia, achando que a administração, se tem a garantia, tem que pedir para as pessoas que o venderam vir arrumar, porque se foi caro, tudo bem, mas serve para a nossa população, serve sim, esperando que a administração olhe isso porque se está em garantia não vai gastar nada para arrumar, com o Sr. Presidente parabenizando ao colega vereador pela sugestão, solicitando à Sra. Advogada Assessora deste Legislativo que faça um ofício ao Sr. Prefeito Municipal para o mais rápido possível solicite o reparo do monumento. O vereador Edson Rodrigues do Nascimento usou em seguida da palavra para cumprimentar aos presentes e parabenizar ao Prefeito Municipal Douglas Henrique Valente e a Comissão de frente do leilão em prol da causa muito nobre da aquisição da Casa de Barretos, parabenizando à Sra. Dângela com sua equipe que não mediram esforços para acontecer o leilão e todos os envolvidos, parabenizando aos doadores, participantes e a todos os que contribuíram, sendo que houve uma festa linda e maravilhosa, um leilão de emocionar a todos, porque a família gurinhataense, tanto da zona urbana quanto rural, são pessoas pacíficas e contribuem com amor, agradecendo de coração, pois ele que trabalha na saúde, com transporte, sabe o quanto que esta casa de apoio vai beneficiar as pessoas que necessitam dela, parabenizando a todos; disse ainda que esta semana, ontem ou anteontem, um vereador de Canápolis, seu amigo, passou uma postagem para ele perguntando o que havia e foi averiguar sobre uma denúncia no Ministério Público, denúncia esta que o Regionalzão quis saber os fatos, só que enviou no sábado para a Câmara e todos sabem que a Câmara é fechada e a matéria foi postada às 9:46 no sábado e se tem o prazo até o dia 18, que é amanhã, para a Câmara responder ao Jornal, se dizendo triste por pessoas postarem sem saber o conhecimento da razão e não buscar aqui na Câmara o que realmente se tem de esclarecimentos e esta denúncia foi feita por o Ex-prefeito usar uma emenda de infraestrutura e pagar shows na Exposição, que inclusive havia publicado que a festa estava toda paga e ele, como Presidente desta Casa, no ano passado, junto com os vereadores Marcos Antonio Batista Xavier Carlos e Allem César Ferreira Lopes buscaram conhecimento sim e não obtiveram êxito, mas a Comissão de Transição passou um documento e eles vereadores discutiram e inclusive ele colocou em votação, foi passado pelo Plenário e votado por unanimidade, sendo mandado ofício ao Executivo para ele dar esclarecimentos por qual motivo tirara a emenda de R\$1.500.000,00 de uma infraestrutura e pagara os shows, sem comunicar à Câmara e sem nada, foi mandado o ofício e também não se teve êxito pois não responderam dentro do prazo de 5 dias e no sétimo dia oficializou-se e mandaram toda a documentação ao Ministério Público fazendo a denúncia e então a sua tristeza é o porque das pessoas não procurarem a verdade para saber ao invés de postar visando denegrir a imagem dos vereadores?, denegrindo a imagem da Câmara também e ele, como Presidente, sempre respeitou aqui e está sendo tachado, tentando colocar o povo contra sua pessoa, mas ele tinha sempre a confiança em defender os seus direitos e procurava conhecimento com a Assessoria Jurídica desta Câmara, que admira muito e os parabeniza e sabe que não medem esforços para estarem fazendo o que é certo e correto, então, pede que as pessoas que busquem mais conhecimento, busquem saber a verdade, porque isto pode dar até processo por calúnia e difamação, pois as provas estão aqui de que foram feitas as denúncias, ficando registrado o seu lamento, a sua tristeza em

relação a esta situação. A vereadora Juliana Demonte Zanin solicitou o uso da palavra, para informar que este documento quem fez foi ela e procurou saber o que havia acontecido, conversou com o Sr. Prefeito Municipal e ele disse e o Sr. Presidente lhe passou o documento com a portaria da transição, que o Sr. Prefeito Douglas Henrique Valente teria enviado as notas fiscais e os empenhos após a eleição, após isto foi para o Ministério Público, pelo que procurou saber e o que ela falou foi que não teve, à época, pois à época já poderia ter comunicado ao Ministério Público, de imediato, mas não foi à época, esperou-se passar o pleito e depois com a portaria da transição ele pediu os empenhos e as notas fiscais, então o que ela falou ali, o conteúdo do documento, tem mais de 50 páginas, tendo 42 páginas de exposição e anexos não sabe se chega a 100 páginas e o que foi dito foi isto, que à época não foi informado ou tomada providência e não foi notificado o Ministério Público para ele começar a investigação, estando entre parênteses este termo, à época dos fatos, e, no contexto da peça dá-se para verificar isto, e, na reportagem falou que não foi à época dos fatos, mas que depois teve, não se achando o protocolo, que Dra. Daianne ficou de enviar e não enviou, afirmando que as atitudes tinham que ser tomadas na hora, porque os desmandos estavam tanto que já podia fazer cessar ou às vezes interromper com uma liminar, com o Sr. Presidente falando que o Ex-prefeito pagou aos artistas depois da eleição, com a vereadora arguindo que ele, o Ex-prefeito, fez um vídeo no dia 20 de agosto onde fala mal do Sr. Presidente, mas com o Sr. Presidente reafirmando que ele pagou depois das eleições e quando a Comissão de Transição recebeu os documentos os enviou para a Câmara, para que tomassem providências, sendo cobrado da Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas, para entrar em contato direto com a Dra. Promotora e enviar os documentos, que inclusive enviou também para a colega vereadora, com a Dra. Dainne Karla de Queiroz Freitas, a quem o Sr. Presidente concedeu a palavra, dizendo que ela enviou e o vereador Marcos Antonio Batista Xavier Carlos também enviou a cópia do comprovante do protocolo para a vereadora e nela tem a data, afirmando que não houve omissão pois a Câmara tomou as medidas assim que tomou conhecimento do fato e a aplicação da verba é discricionária do Poder Executivo, com a vereadora Juliana Demonte Zanin reafirmando que foi feito um vídeo no dia 20 de agosto, mas a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas arguindo se vai tomar providências contra um vídeo?, com o Sr. Presidente dizendo que a colega vereadora lhe solicitou o documento e ele mandou a cópia para ela, lendo em seu telefone que o ofício de 11 de dezembro de 2.024 e protocolado no dia 16 de dezembro de 2.024, no Ministério Público, e, que o Sr. Adelino Júnior diz em sua matéria que a Câmara não tomou providências, mas que o Sr. Ex-Prefeito pagou depois da eleição e quando a Câmara recebeu a documentação foi quando o Ex-prefeito pagou, e, inclusive a secretária dele falou para ele não fazer aquilo e ele disse que enquanto fosse prefeito quem mandava era ele, e, então ele pagou R\$1.500.000,00 aos artistas da Exposição, de recursos que eram para comprar equipamentos e então foram enviados todos os documentos, como foram enviados para ela os documentos da transição e depois o protocolo do Ministério Público e tem o protocolo também do Tribunal de Contas, que foi enviado pela Câmara, esclarecendo que o Sr. Adelino Júnior mandou ofício para a Câmara às 9:29 de um sábado, pedindo respostas e publicou a matéria às 9:46, praticamente 15 minutos depois, com a vereadora Juliana Demonte Zanin reafirmando que estava numa situação em que todo mundo via que ele ia fazer isto e o que ela pensou: numa medida cautelar para barrar estes shows porque ele fala no vídeo: corta hemodiálise, corta cirurgia, corta tudo e cabia uma liminar, pois ele estava usando uma emenda parlamentar de investimento para isto, com o Sr. Presidente explicando que quando o ex-Prefeito fez o vídeo, não votaram os vereadores a suplementação, que não era para a saúde e sim para pagar os shows e não votando ele fez um vídeo dizendo que se não votassem iria parar o transporte da saúde, as cirurgias e parou e o que os vereadores fizeram?, imediatamente uma denúncia no Ministério Público e alguém ligou para ele e ele voltou, à tarde, com outro vídeo falando que voltou atrás porque os

vereadores “arregaram”, mas aqui tinha 9 vereadores, sendo 8 homens e 1 mulher, que estavam aqui para não deixarem fazer as coisas erradas, e, não deixaram, inclusive, a última suplementação de dezembro de 2.024 a emenda foi sua para dar somente 5% e vincular à folha de pagamento dos funcionários, 13º Salário e aposentados, sendo para isto que foram dados os 5% e o que aconteceu foi que ele deixou R\$2.000.000,00 na Saúde vinculados ao PSF na Atenção Básica, que não pode ser gasto e se está tentando uma portabilidade para o Hospital Público de Gurinhatã, já havendo visto em Brasília, no Ministério da Saúde, que existe a chance de fazer isto, com R\$1.500.000,00, porque a Atenção Básica não gasta R\$1.500.000,00, passando neste momento o Sr. Presidente a palavra para a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas, que a questão da denúncia feita pela vereadora não cabe à Câmara julgar, assim como foi em dezembro, a Câmara colheu a documentação que tinha e quando teve conhecimento, porque uma coisa é assistir um vídeo na rede social e a outra é ter documentos que comprovam e a partir do momento que a Câmara teve acesso aos documentos que comprovavam a Câmara tomou sim as medidas e encaminhou para o órgão que vai julgar, porque a Câmara, nem em sede de CPI ela não condena ninguém, ela junta provas e faz um relatório e encaminha e isto foi feito pela Câmara, assim que teve acesso e tomou conhecimento pois não se faz e não pode fazer denúncia infundada, com base em vídeos, em conversas, sem papel e sempre diz aos vereadores Edson Rodrigues do Nascimento e Marcos Antonio Batista Xavier Carlos, quando tomarem uma medida, tomem com base em provas, porque vão estar resguardados custe o que custar, então, a partir do momento que a Câmara teve acesso todas as medidas foram tomadas, e, sim, é obrigatório notificar a parte acusada para que ela apresente sua defesa, porque se não é cerceamento de defesa e isto foi feito, mas eles não responderam, mas se pegou o comprovante que se notificou a Prefeitura e eles não responderam e então toda a documentação que se teve acesso referente aos gastos desta emenda e encaminharam, com a vereadora Juliana Demonte Zanin perguntando se eles não responderam quando?, com o Sr. Presidente reafirmando que não responderam, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas afirmando também que data não sabem mas que foi inclusive passado em reunião, com a vereadora redarguindo que o que ela quis dizer é que se poderia tomar uma medida cautelar, porque ele printa o extrato, sendo uma prova, achando que a Câmara poderia ter achado algum dispositivo para cessar os shows, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas arguindo a vereadores qual seria a prova que ele iria utilizar este dinheiro para pagar se ele ainda não tinha pago?, com o Sr. Presidente reafirmando que a Câmara tomou todas as providências cabíveis e agora parabeniza a colega vereadora ter feita esta denúncia, frisando que à época dos fatos foi em dezembro e denúncia foi feita no dia 16 daquele mês, quando foi protocolada no Ministério Público, sendo que ele pagou em dezembro e não pagou antes de dezembro, solicitando à Assessoria Jurídica que faça uma nota ao Regionalização, explicando o que aconteceu, justificando que a Câmara Municipal tomou as providências e agora o julgamento vai ser feito pelo Tribunal de Contas e pelo Ministério Público, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas frisando que precisa deixar bem claro que ficou bastante desagradável, com a vereadora Juliana Demonte Zanin interrompendo e afirmando que a nota de emissão da nota foi 11 de outubro, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas frisando que a nota foi emitida e empenhada, mas o pagamento efetivo é que vale, parabenizando a vereadora por ter conseguido juntar todos os documentos que a Câmara já tinha encaminhado, com a vereadora dizendo que não tinha o anexo, que rastreou o dinheiro, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas dizendo que então ela usou do poder de polícia para conseguir, com a vereadora justificando que não usou do poder de polícia e conseguiu pela Internet, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas frisando que a Câmara não podia ficar esperando e se juntou o que tinha e encaminhou, com a vereadora reafirmando que estava uma tragédia anunciada, pois ele estava ameaçando inclusive a Câmara, com o Sr. Presidente dizendo que fizeram a denúncia e cabe ao Ministério

Público investigar e isto é trabalho do Ministério Público e que ela vereadora tem como entrar na Internet e buscar notas fiscais, pesquisar, mas que a Câmara não tem, com a vereadora novamente afirmando que não usou do poder de polícia, fazendo tudo à mão, na Internet, com a vereadora Juliana Demonte Zanin afirmando que vídeos, desde que juntado o link, serve de prova e ele, o Ex-prefeito fez vários pronunciamentos, inclusive denegrindo a imagem dos vereadores, com o Sr. Presidente informando que também fizeram vídeos distorcendo ele e falando que estava mentindo e não era verdade o que ele estava falando, com a vereadora reafirmando que então estava uma tragédia anunciada, porque ele fala e mostra o extrato falando: "Carlyle mostra o extrato do nosso deputado e a festa vai ter sim, não tem exames, não tem cirurgias, mas a festa tem" e então há arrogância, com o Sr. Presidente novamente afirmando que juntaram os documentos e enviaram para os órgãos competentes que é o Ministério Público e Tribunal de Contas, que agora irão julgar ele, e, as contas de 2.024 depois de passar pelo Tribunal de Contas virá para esta Câmara e aí que decide são os vereadores, com a vereadora perguntando se não se pode fazer uma CPI, informando que pode configurar até organização criminosa, que vai para a Polícia Federal, pois claramente nos empenhos são vistos nomes de pessoas, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento destacando que o jornalista Adelino Júnior fez a matéria de caso pensado, pois pediu por e-mail no sábado, solicitando que a Dra. Dianne Karla de Queiroz Freitas explicasse o ocorrido, dizendo esta que o Sr. Adelino Júnior mandou um e-mail para a Câmara no sábado, às 9:29 e publicou a matéria no mesmo sábado às 9:46 e ele quer um retorno dentro de 14 minutos num sábado?, quando a Câmara não está em funcionamento, com a vereadora reafirmando que solicitou ao editor que colocasse "à época dos fatos", com a Dra. Dianne Karla de Queiroz Freitas afirmando que no direito público à época dos fatos é quando se toma conhecimento e tem provas, pois como se vai tomar providências com base em suposto crime?, com o Sr. Presidente reafirmando a solicitação para se fazer uma nota de repúdio, mostrando que a Câmara tomou conhecimento e tomou as medidas cabíveis, com a vereadora Juliana Demonte Zanin perguntando se quem trouxe a documentação foi o Dr. Douglas Henrique Valente, como Prefeito Eleito?, com o Sr. Presidente afirmando que sim, foi protocolado e quem tinha que tomar providências era a Câmara, sendo enviado ofício ao Sr. Prefeito solicitando a documentação mas não responderam, com a vereadora afirmando que o dia que foi ao Ministério Público telefonou ao Sr. Presidente para pedir o protocolo, pois não estavam o achando, com o Sr. Presidente afirmando que lhe mandou o protocolo imediatamente, com a vereadora dizendo que queria que o Sr. Presidente lhe enviasse o documento inteiro, com este respondendo que não tinha pois não estava aqui e no ofício consta a documentação que foi juntada, com a vereadora frisando que não tem ofício e o que quis dizer foi isto mesmo e podem entrar com medida legal pois disse "à época dos fatos", com o Sr. Presidente justificando ao povo que assistiu vão achar que os vereadores são bandidos, pois deu a entender que a Câmara não fez nada, mas fizeram sim, com a Dra. Dianne Karla de Queiroz Freitas frisando que foi uma ação caluniosa contra a entidade Câmara, com a vereadora afirmando que não denegriu a imagem da Câmara, com a Dra. Dianne Karla de Queiroz Freitas afirmando que é uma calúnia, porque é uma mentira pois a Câmara tomou as medidas, com o Sr. Presidente dizendo que o Sr. Adelino Júnior falou desta forma e ele assistiu o vídeo, com a vereadora Juliana Demonte Zanin dizendo que o corpo do documento todo tem uma lógica, com a Dra. Dianne Karla de Queiroz Freitas frisando que se no documento da vereadora está desta forma, o que tornou público foi a notícia vinculada pois ele não publicou o documento da vereadora e a redação foi dele, com o vereador Edson Rodrigues do Nascimento perguntando à vereadora porque não procurou a Secretaria da Câmara para ter mais esclarecimentos sobre a situação antes de fazer a denúncia?, com a vereadora dizendo que procurou o que tinha aqui, mas não está tendo acesso a documentos e aqui para ela está difícil, inclusive faz um mês que está pedindo para ter acesso ao processo licitatório da

Câmara e depois de ser até humilhada aqui teve acesso a dois volumes, mas o terceiro volume até hoje não teve acesso e isto não existe no mundo jurídico, com o Sr. Presidente destacando que a vereadora chega aqui e quer que os funcionários a atendam na hora e eles são funcionários e estão trabalhando para a Câmara, não estando negando nada, mas que se tem de oficiar a Câmara e o que a vereadora precisar pode pedir mas não é chegar aqui e entregar em meia hora, com a vereadora afirmando que já pediu por três vezes, com o Sr. Presidente arguindo a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas como foram os ofícios, com esta esclarecendo que foram dois ofícios no mesmo dia, com o mesmo assunto requerido de manhã e reiterado à tarde, sendo o mesmo assunto que foi protocolado, com a vereadora dizendo que lhe foi falado que somente poderá ter acesso com a Sra. Assessora Jurídica sentada ao seu lado, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas informando que o processo está indisponível, porque está sendo utilizado, não estando negado o seu acesso, mas não pode pegar o processo e entregar cópias porque todos os setores da Secretaria o está utilizando, mas que se dispôs a sentar com a vereadora para que esta o possa folhear junto com ela e que não irá tirar cópia de um procedimento que está sendo utilizado, tendo uma folha na mesa do Secretário outra folha na mesa da Contadora e como irá pegar o processo e tirar cópia?, dizendo ao Sr. Presidente que a vereadora está acostumada com o procedimento no serviço dela, que ela dá ordem e fala que quer, mas aqui precisam fazer o serviço de acordo com os andamentos, com a vereadora dizendo que os advogados chegam na delegacia e têm que ser atendidos na hora e não se pode negar acesso, com a Dra. Daianne Karla de Queiroz Freitas arguindo que se ela acha que está sendo negada a reunião é gravada e a vereadora entre na Justiça, porque não está negado, apenas a vereadora não quer folhear o processo junto com ela e que está disponível o processo, com a vereadora Juliana Demonte Zanin disse que do conteúdo total do documento que o senhor Presidente extraia a mensagem onde está "à vontade para qualquer providência", com o Sr. Presidente dizendo não haver entendido, com a vereadora dizendo que fica a vontade para tomar qualquer providência, inclusive criminal contra ela, porque o que ela faz ela assume, perguntando o Sr. Presidente criminal de que?, com a vereadora dizendo que difamação, com o Sr. Presidente dizendo que não foi ela que falou e quem falou foi o repórter, ninguém falando que foi ela e quem falou que a Câmara não tomou providência foi ele e se tem de defender o poder da Câmara, porque aqui se faz a coisa certa, estando defendendo a Câmara por que ele, o repórter, falou uma inverdade e difamou a Câmara e não se pode aceitar isto aqui, mas que ninguém falou que foi a vereadora que denegriu a Câmara e então está defendendo a Câmara e irá fazer uma nota de repúdio e mandar a ele pois não é verdade que a Câmara não tomou providências, para que se mostre no Regionalzão que se tomou providências e reafirmou à vereadora que ela terá acesso ao projeto da licitação da Câmara em tempo hábil, porque aqui nada se nega ao vereador, agradecendo aos colegas e demais pessoas pela presença a esta sessão, a declarando encerrada, fazendo desde já a convocação para a próxima Reunião Ordinária desta Casa de Leis, que deverá ser efetivada no dia 20 de fevereiro de 2.025, quinta-feira, às 18:00 horas, no horário regimental de costume. Para constar foi lavrada em resumo esta ata, que após lida e achada conforme, será devidamente assinada pelos senhores edis que aqui estejam presentes.

Marlon Luiz Botelho Verin (ed) Mirvaldo
 Gomes de Castro Filho Carlos Pacheco do Zarament
 Juliana Demonte Zanin. CD. Alo J. Uof.: Assessor
 Alves FREITAS giba ley de Aracaju Luiz Felipe dos Santos Silva